

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

**LETICIA ALMEIDA SALES
NATHALIA RIGON BERGAMO**

**DA COR À DOR:
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA MULHER NEGRA**

**CASCADEL
2022**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

**LETICIA ALMEIDA SALES
NATHALIA RIGON BERGAMO**

**DA COR À DOR:
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA MULHER NEGRA**

Trabalho apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto como requisito parcial para obtenção da aprovação semestral no Curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz.

Professora Orientadora: Me. Aryane Leinne Oliveira Matioli

**CASCADEL
2022**

RESUMO

O assunto do referido trabalho discute sobre a Violência Obstétrica na Mulher Negra, na qual o tema abordará sobre a experiência de mulheres negras que consideram ter sofrido racismo atrelado a Violência Obstétrica. Considera-se que, abranger sobre tal temática é ir ao encontro à questão interligada ao racismo e a violência obstétrica, partindo das vivências singulares sofridas com a existência da mulher e suas nuances na sociedade, mas para além, direcionar um olhar de como a Mulher Negra sofre com o racismo até em momentos considerados “belos” como o período gestacional. O projeto tem por objetivo compreender a experiência de mulheres negras que consideram ter sofrido racismo atrelado a violência obstétrica. A pesquisa será realizada pelo modelo de entrevista semiestruturada, visando a participação de três a cinco mulheres autodeclaradas negras, acima de 18 anos e que consideram terem sofrido a violência obstétrica há pelo menos dois anos. Sendo possível a realização da entrevista em modalidade presencial ou on-line, de acordo com a disponibilidade e preferência das participantes. Portanto, após a coleta dos dados, a pesquisa utilizará o método de análise de conteúdo, que possibilita analisar a entrevista como um todo e aprofundar-se nos elementos de significação. E por fim, será produzido um artigo científico de acordo com a análise realizada, na qual, terão seus resultados publicados e divulgados enquanto trabalho de conclusão de curso, independente dos dados serem favoráveis ou não.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Mulheres Negras. Racismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 ASSUNTO / TEMA.....	6
1.2 JUSTIFICATIVA.....	6
1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	7
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	7
1.4.1 Objetivo Geral.....	7
1.4.2 Objetivos Específicos.....	7
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
2.1 RACISMO E O REFLEXO DO IMAGINÁRIO SOCIAL.....	8
2.2 FEMINILIDADE.....	10
2.3 MULHER NEGRA.....	11
2.4 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	12
3. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	15
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	15
3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E PLANO DE RECRUTAMENTO.....	15
3.3 COMO E QUEM IRÁ OBTER O CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO E GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DE PESQUISA.....	16
3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO.....	17
3.5 DESCRIÇÃO DE MÉTODOS QUE AFETEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS, BEM COMO MEDIDAS QUE MINIMIZEM E/OU ELIMINEM TAIS RISCOS.....	17
3.6 PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS AOS PARTICIPANTES.....	18
3.7 CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA.....	18
3.8. LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIO.....	19
3.9 EXPLICITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA.....	19

3.10 EXPLICITAÇÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA PESQUISA, SOBRE O USO E DESTINO DAS INFORMAÇÕES/DADOS COLETADOS, BEM COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS À PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO, LOCAL E TEMPO DE ARMAZENAMENTO.....	20
3.11 ORÇAMENTO.....	20
3.12 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	21
3.13 ANÁLISE DOS RESULTADOS E EXPLICITAÇÃO DE QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA SERÃO TORNADOS PÚBLICOS, SEJAM ELES FAVORÁVEIS OU NÃO.....	21
REFERÊNCIAS.....	22
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	26
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	28
APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES.....	32

1. INTRODUÇÃO

1.1 ASSUNTO / TEMA

O assunto do referido trabalho é sobre a Violência Obstétrica na Mulher Negra. O tema abordará sobre a experiência de mulheres negras que consideram ter sofrido racismo atrelado a Violência Obstétrica.

1.2 JUSTIFICATIVA

Abordar sobre a Violência Obstétrica na Mulher Negra, é abrir espaço de fala e validar a importância da temática frente aos preceitos atuais vivenciados, no qual o Ministério da Saúde (BRASIL, 2019) se posiciona contra o termo “violência obstétrica”, pautado na justificativa de que os profissionais da saúde e de outras áreas não tem a intenção de praticar a violência e/ou gerar danos. Em contrapartida, Lima, Pimentel e Lyra (2021, p.48) vêm sustentar a importância do debate sobre a Violência Obstétrica no Brasil, onde é trazido que o termo em si é utilizado com intuito de “tipificar as variadas formas de violência, agressões e omissões praticadas na gestação, no parto, no puerpério e no atendimento às situações de abortamento”, dentre estas formas de violência incluem-se maus tratos físicos, psicológicos e verbais.

Essas violências estão suscetíveis a ocorrer com qualquer mulher, entretanto, valida-se que a questão racial influi diretamente no risco mais abrupto de sofrer a violência obstétrica. Frente a este tabu de não validação desta violência, há as questões enraizadas do racismo estrutural presente nos serviços de saúde. Sendo perceptível nas mortes maternas, trazido por Goes (2018), onde cerca de 60% desta, ocorre com mulheres negras. É possível conjecturar que, o racismo estrutural e suas nuances, fazem com que as práticas discriminatórias sejam comuns ao dia a dia da população negra, não sendo exceção para as mulheres negras em fase gestacional.

E tendo em vista todo contexto histórico de (sobre)vivência da Mulher Negra, o seu corpo foi tipificado como passível de dor, tendo a colonização e os tempos de escravidão como precursores da visão da Mulher Negra como um corpo objetificado e hipersexualizado. Transpondo ao viés de tais estigmas, Bueno (2019) traz que historicamente a Mulher Negra foi posta como demonizada, hipersexualizada, animalizada e adjetivada forte. Sendo

elucidado as marcas históricas que perpetuam até hoje no imaginário social sobre o corpo da Mulher Negra, isto é, colocando-a como um corpo passível de dor e violações.

Diante disto, abranger sobre tal temática é ir de encontro à questão interligada ao racismo e a feminilidade, partindo das vivências singulares sofridas com a existência da Mulher e suas nuances na sociedade, mas para além, direcionar um olhar de como a Mulher Negra sofre com o racismo até em momentos considerados “belos” como o período gestacional. Compreender como a Mulher Negra é vista neste lugar e a não validação desta violência que viola e infringe o seu corpo, é buscar contribuir para a possibilidade de futuras intervenções frente a tal sofrimento. Assim como, ter a pesquisa como contribuinte para o meio científico, buscando dar maior suporte às equipe técnicas e redes de apoio que trabalham diretamente com o público gestacional com Mulheres Negras.

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Como se deu a experiência de mulheres negras que consideram ter sofrido racismo atrelado a Violência Obstétrica?

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender a experiência de mulheres negras que consideram ter sofrido racismo atrelado a violência obstétrica.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Compreender o contexto da Violência Obstétrica vivenciada pela Mulher Negra.
- Atrelar o racismo estrutural à Violência Obstétrica na fase gestacional, parto e puerpério.
- Identificar as implicações da Violência Obstétrica na percepção que a Mulher Negra tem de si mesma.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RACISMO E O REFLEXO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

Retratar sobre o racismo é compreender todo o contexto e desdobramentos históricos, sociais e econômicos que perdurou por mais de três séculos no Brasil, e em conjuntura à tal feito, foi-se criado um imaginário social da População Negra à sociedade brasileira. Karasch (2000) assim como Fausto (2019), vêm como contribuinte retratar que foram no decorrer dos séculos XIV e XIX que o país tornou-se uma sociedade escravocrata, onde a população negra sofreu diversas violências dentre a escravidão do trabalho forçado, a introdução forçada da cultura europeia em seu meio, a separação de sua cultura e família, bem como, estupro e violências intensas em mulheres negras.

Outrossim, Frantz Fanon foi um grande contribuinte nos estudos sobre as consequências do racismo à subjetividade do sujeito frente às violências sofridas, e um de seus textos retratados sobre o impacto da história do colonialismo frente ao povo negro foi no livro “Peles Negras Máscaras Brancas” (1952/2020) onde é apresentado sobre o colonialismo como aquele que rechaça e inferioriza o que é diferente. Sendo o colonizador quem influi à técnicas de violência a fim de dominar aquele que é colonizado - referindo-se a população negra - pois, para o colonizado a objetividade é permeada ao mesmo, sobre o qual não é apenas o colonizador como o seu opressor, mas também, o apoio político e diplomático dos países e dos povos. Visto isso, Fanon (1952/2020) discorre sobre as consequências do racismo frente as violências sofridas pelo sujeito negro, dando ênfase à análise psicológica do sujeito, mas considerando como grande referencial a esse impacto os aspectos sociais e econômicas.

Em consonância a isto, Caetano (2020) traz sobre o impacto das violências históricas que os negros sofreram, e que mesmo havendo a libertação burocrática dos escravizados negros no ano de 1888, ainda perpetua-se a não libertação na prática da População Negra. Sendo assim, criou-se uma disparidade social, cultural e econômica a esse povo, tendo uma dificuldade que perpetua até os dias atuais de ascensão social e econômica entre os mesmos, bem como, a diluição de suas culturas originais e identificatórias no meio da cultura brasileira. E o mesmo aborda sobre o impacto do imaginário social inferiorizado da pessoa negra no Brasil, sendo sustentado por meio da mídia, programas televisionados como romances, novelas, seriados, filmes, etc. Onde em

suma não se vê personagens negros como protagonistas, mas quando há a aparição dos mesmos neste meio, são representados por meio de papéis subalternizados, criminalizados, sem vínculo familiar e/ou hipersexualizados.

Sobretudo, conforme trazido por Djamila Ribeiro em seu livro “Pequeno Manual Antirracista” publicado em 2019, é fundamental direcionar o olhar sobre o debate estrutural permeado pelo contexto histórico do racismo no Brasil, mas também, compreender como esse sistema vem beneficiando por toda história a população branca, ao passo que a negra, é tratada como mercadoria, não tendo acesso a direitos básicos. Diante disso, Oliveira e Kubiak (2019) trazem que, hoje considera-se que a sociedade brasileira possui um quadro de desigualdades em que brancos e negros ocupam diferentes espaços sociais. Podendo compreender portanto que, o racismo manifesta-se de diversas maneiras na sociedade, e mesmo havendo formas de proibição explícitas por lei, ainda perpetua a estrutura social que resulta em moldar as ações dos indivíduos frente a esta questão.

Ademais, em conjuntura à todo contexto da existência do racismo no Brasil frente à um imaginário social inferiorizado da Pessoa Negra, Gilberto Freyre em seu livro “Casa-grande & Senzala” (2003) aborda sobre o contexto histórico do Brasil frente à questão das mulheres no período colonial, retratando sobre os papéis da mulher branca e a negra. Freyre (2003, p.36) traz que com relação ao Brasil, é retratado sobre as mulheres de que, a “branca é para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, enfatizando que tal dito permeia ao lado do convencionalismo social a existência de uma superioridade à mulher branca, a inferioridade da mulher preta e a preferência sexual pela mulata. Em contrapartida ao que Freyre sustenta em seu livro, Cruz (2021) vem retratar ainda que, ao haver esse reconhecimento de uma superioridade social da mulher branca, a valorização da mulher negra é dada devido as suas características físicas, isto é, expressa os indícios de animalização e objetificação sofrido aos corpos negros, resultante na marcação da existência de um imaginário social sobre a mulher negra, tida como animalizada e objetificada, desvalidando suas questões enquanto Sujeito.

2.2 FEMINILIDADE

A feminilidade é pauta de diversas discussões, visto que é cercada por mitos, dúvidas e incertezas, perpassando assim por âmbitos históricos, culturais e subjetivos, cada

qual com suas particularidades e considerações. No que se refere a historicidade, Wolff e Possas (2005) afirmam que as mulheres, por não serem consideradas sujeitos ao longo do tempo, ficaram marginalizadas nas narrativas históricas, isto porque, como completa Colling (2014), a história trata-se de uma história de homens contada por eles mesmo, a qual é tida como universal, mas que o “nós” é apenas masculino.

Tal construção foi identificada por Simone de Beauvoir, na obra intitulada “O Segundo Sexo” (1970/2017), na qual em seu primeiro volume, abarca as vicissitudes do ser feminino, a fim de destacar como a definição de mulher ainda é feita com base no homem, isto é, a representação do mundo é conjecturada pelo viés dos homens e estes encaram esta representação como verdade absoluta. Portanto, para esta autora, o homem só considera uma mulher como “verdadeira” quando ela aceita-se como Outro, permanecendo como inessencial, mesmo que até certo ponto aceitem-a como semelhante. Em concordância, Colling (2014) traz que a consequência desse enclausuramento é a invisibilidade, na qual o universalismo camuflou o privilégio masculino, afirmando a neutralidade sexual dos sujeitos.

Outro ponto de vista referente a feminilidade é o viés psicanalítico, que tem seu surgimento com o Estudo da Histeria (1895/2016), a qual Freud dedicou-se a estudar e após alguns anos, publica um texto nomeado de “A Feminilidade” (1933/2019) e neste ensaio destaca-se a fase pré-edípica para a menina, que é de suma importância para o desenvolvimento de sua feminilidade, visto que nesse instante, a criança tem a mãe como seu primeiro objeto de investimento libidinal junto ao seu clitóris, mas posteriormente, perceber-se castrada e sob influência da inveja do pênis, então a menina entra para o Complexo de Édipo hostilizando esta mãe e desejando ter o pênis que lhes falta, por isso a ligação com o pai ganha espaço neste momento. Sendo assim, para Freud (1933/2019), no decorrer do desenvolvimento da menina deve haver a remoção da atividade fálica, pois assim há o preparo do caminho para a feminilidade. Esta seguirá normal caso a mulher substitua o desejo do pênis pelo desejo do filho, atrelando assim feminilidade à maternidade.

No que diz respeito ao feminismo, de acordo com Garcia (2015) o termo foi utilizado inicialmente nos Estados Unidos, aproximadamente no ano de 1911, para substituir expressões como “movimento das mulheres”, “problema das mulheres” e para

referir-se a um novo movimento que visava a luta pelos direitos e liberdade das mulheres, indo em busca de equidade entre as questões individuais e políticas. A autora Djamila Ribeiro (2018) remonta a história do feminismo no Brasil dividindo-a em três ondas, sendo a primeira voltada às reivindicações do direito ao voto e vida pública, que ocorreram no século XIX. A segunda onda se iniciou no ano 1970 e as mulheres tiveram de lutar contra ditadura militar, além de outras questões como valorização do trabalho, violência sexual. E por fim, a terceira etapa se deu aproximadamente no ano de 1990 e nesta se sucedeu a discussão no tocante à universalização do termo “mulher” e o indispensável desenvolvimento da interseccionalidade neste movimento, visto que era necessário dar espaço para as especificidades existentes no ser mulher. Neste instante Djamila (2018), ressalta a carência dupla a qual a mulher negra é sujeitada, sendo a antítese da branquitude e masculinidade, e a importância de nomear e reconhecer a existência de problemas, visto que não há como lutar contra aquilo que não se nomeia.

2.3 MULHER NEGRA

Compreender os preceitos que abarcam a Mulher Negra, é validar a importância dos movimentos e lutas feministas frente a conquista de um espaço para se falar e olhar para a mulher como um todo, Brandão (2017) enfatiza isto evidenciando o movimento de empoderamento feminino que a sociedade se encontra, na qual a causa das mulheres necessita de visibilidade, para que todas consigam o acesso aos seus direitos. Em consonância a isto, Djamila Ribeiro traz em seu livro “Quem tem medo do feminismo negro” (2018) a importância de olhar para tais movimentos feministas e validar a feminilidade da Mulher Negra, na qual é representado pelo feminismo negro, como sendo para além de uma luta identitária, mas primordialmente a busca pela construção de projetos democráticos que o compõem.

Em conjuntura à isto, Silva (2019) vem propor que, desde a constituição da ideologia de feminilidade no século XIX, considerou-se a mulher negra como fora dos padrões ideais e normatizados de mulher. Sobretudo, compreende-se que a imagem da mulher negra é mantida pelo viés da hipersexualização e objetificação de seus corpos, perpetuado desde a escravidão, distante dos padrões de feminilidade ainda impostos. Considerando ainda a historicidade da busca pela validação da feminilidade à Mulher

Negra, que Hooks (2019) traz em seu livro “E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo” que foi nos anos da Reconstrução Negra por volta de 1867 à 1877, que as mulheres negras buscaram lutar para mudar a visão negativa de feminilidade às mesmas, sofridas com o impacto do imaginário social de um corpo meramente hipersexualizado e objetificado. Enfatizando portanto a importância de trabalhar tal problemática dentro da própria corrente feminista, transpondo um olhar para a feminilidade e a constituição à Mulher Negra e o reflexo das opressões sofridas.

Sobretudo, Azeredo, Azeredo e Brandão (2019) relatam que o olhar para a feminilidade da mulher negra, em suma se dá pela contextualização da vivência da mesma na sociedade, onde mesmo após a abolição da escravatura as mulheres negras eram estigmatizadas como exemplo de promiscuidade, justificando os estupros sofridos por homens brancos. Mas para além, são por tais experiências racistas e as opressões e violências sofridas, que dissocia-se a atribuição de uma feminilidade à mulher negra, e quando associada, é pautada sobre a imagem da mulher branca. Outrossim, Thomaz e Vieira (2019) ressaltaram ainda que a idealização do corpo com características como branquitude, magreza e delicadeza remonta a um corpo ideal, construindo um projeto de feminilidade que não considera a particularidade de diversas mulheres que não apresentam tais atributos. Estas ramificações do ideal de feminilidade incidem sobre as mulheres negras, onde a visão tida para tais é direcionada ao racismo e ao sexismo, sendo os marcadores de definições para a mulher negra.

2.4 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A historicidade da violência obstétrica, Hotimsky, Aguiar e Venturi Junior (2012) traçam o início da denúncia desta, desde os anos de 1980, através dos movimentos feministas, mas a intensificação ocorreu apenas a partir de 1990, quando se tornou pauta de investigação formal no Brasil, estando presente em pesquisas acadêmicas e intervenção política, que em continuidade, houve a ampliação do acesso a serviços de saúde materna, no SUS, e a luta pela implementação de políticas de humanização do parto. Sobretudo, segundo Bernardo (2022, p.55) é trazido que, a expressão Violência Obstétrica refere-se “a qualquer ação praticada por profissionais de saúde sem consentimento e entendimento da gestante ou parturiente”. Em consonância, Tesser *et al.* (2015), complementa que o termo é

utilizado com intuito de descrever e agrupar as diferentes formas de violência, bem como, os maus tratos físicos, psicológicos e verbais.

Compreende-se que os abusos e violências contra gestantes e parturientes têm se apresentado de forma considerável, como é apresentado por Venturi Junior e Godinho (2013), isto porque cerca de $\frac{1}{4}$ das mulheres que já pariram e metade das que abortaram, explicitam ter sofrido alguma forma de violência obstétrica. Outrossim, Davis (2018), Lima, Pimentel e Lyra (2021) assim como, Silva *et al.* (2022) são congruentes em retratar que, a violência obstétrica não está isenta em determinadas esferas, mas tal violência praticada contra as mulheres ocorrem independentemente da esfera pública ou privada, sendo o fator disseminador da violência obstétrica a ausência de informação a respeito do que essa representa, como se configura e manifesta-se.

Sobretudo, Bernardo (2022) traz em uma entrevista com uma biomédica e doutora em saúde pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que o perfil daquelas que mais sofrem violência obstétrica abrange mulheres negras de baixa renda e mães de primeira viagem. Ademais, Curi, Ribeiro e Marra (2020) relatam a desigualdade e injustiças presentes na instituição de saúde, contrariando os princípios SUS (Universalidade, Equidade e Integralidade) e reproduzindo a lógica hegemônica, pautada na branquitude e masculinidade, tão arraigada na sociedade. Deste modo, Luz *et al.* (2019) trazem sobre os desdobramentos da violência obstétrica, sendo estes associados às práticas que configuram a violência obstétrica às mulheres negras, caracterizados como racismo obstétrico, no qual considera-se as disparidades entre a qualidade de atendimento voltado a mulheres brancas e negras, influenciada pelas questões raciais.

Arelado à tal exposto, Goes (2018) vem enfatizar sobre as consequências do racismo obstétrico, abordando que o mesmo se manifesta através das altas taxas de óbitos maternos e neonatais, ressaltando ainda que, cerca de 60% das mortes maternas são de mulheres negras, mesmo que esta categoria seja considerada uma morte prevenível, ou seja, em 90% dos casos seria evitável se o atendimento fosse realizado de forma adequada. Outrossim, atrelado à violência e/ou racismo obstétrico Hoffman *et al.* (2016) assim como, Fabien (2017) trazem sobre o estigma do corpo negro como aquele passível e suportável a dor, sendo como resultante a negativa de oferta de medicações para dor às mulheres negras. Ainda, sendo sustentado pela narrativa histórica sobre a reprodução e as práticas

ginecológicas e obstétricas, na qual é trazido por Owens (2017) sobre o corpo das mulheres negras como sendo avaliados por "supercorpos médicos", isto é, sendo considerados como valiosos para o trabalho e experimentação, mas não às vendo com a dignidade de tratá-las com humanidade.

3. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

3.1. TIPO DE ESTUDO

Esta pesquisa, sob o ponto de vista de sua natureza, se caracteriza como básica, visto que objetiva gerar conhecimento e compreender determinado fenômeno para os avanços da ciência, sem previsão de prática. Acerca dos objetivos, qualifica-se como exploratória, pois busca proporcionar informações sobre o assunto, assim como a sua definição e delimitação, através de entrevistas com pessoas que vivenciaram o problema abordado (PRODANOV e FREITAS, 2013). No que tange aos procedimentos técnicos é categorizada como estudo de campo, em razão do aprofundamento a ser feito em relação às questões propostas na pesquisa, permitindo também uma maior flexibilidade no estudo do grupo específico que foi delimitado (GIL, 2008). Quanto à abordagem do problema se considera qualitativa, que, conforme descrito por Prodanov e Freitas (2013) e González (2020) é devido a indissociabilidade entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito a participar da pesquisa, então não há como transformar em números estatísticos as possíveis implicações que a violência obstétrica pode ter sobre a autoestima da mulher negra.

3.2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E PLANO DE RECRUTAMENTO

Participarão da pesquisa, de três a cinco mulheres autodeclaradas negras, acima de 18 anos e que consideram terem sofrido a violência obstétrica há pelo menos dois anos. Vale ressaltar que, não serão incluídas nesta pesquisa mulheres que não possuam a capacidade de comunicação verbal, a fluência na Língua Portuguesa e visto a importância do acesso à internet como meio de comunicação com as participantes, também não estarão incluídas aquelas que não possuem acesso a rede de internet.

Para tanto, como método de acesso às participantes, as pesquisadoras irão utilizar o método *Snowball* ou “Bola de Neve”, que é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência (VINUTO, 2014). Portanto, o plano de recrutamento se dará por uma rede de indicações que iniciará através da Orientadora desta pesquisa, caso necessário, utilizará redes sociais para alcançar o número estimado de mulheres para a realização da pesquisa.

Mediante a submissão e aprovação da pesquisa na plataforma Brasil as participantes serão contatadas e os dados serão coletados no período de agosto a outubro de

2022. O contato e convite para a participação, se dará por meio telefônico e/ou e-mail, onde serão apresentados a temática da pesquisa, os objetivos, assim como, as pesquisadoras. Após a aceitação do convite, será realizado o agendamento da entrevista verificando a possibilidade e disponibilidade das participantes. Para participantes que residem na cidade de Cascavel-PR, será necessário verificar a disponibilidade para realizar a entrevista de modo presencial. Já as participantes que preferirem realizar via on-line e/ou que residirem em outras cidades, será realizado a entrevista através da plataforma Google Meet.

3.3 COMO E QUEM IRÁ OBTER O CONSENTIMENTO/ASSENTIMENTO E GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DE PESQUISA

Caso a entrevista seja presencial, as pesquisadoras comparecerão ao local e horário pré-estabelecido e irão realizar uma breve apresentação para a entrevistada, em seguida apresentarão o Termo de Consentimento Livre Esclarecidos (TCLE), fazendo uma leitura completa e sanando as dúvidas que poderão surgir. Neste termo estarão incluídas as informações necessárias acerca da pesquisa, seus objetivos e procedimentos, esclarecendo os possíveis riscos e benefícios e evidenciando os direitos da participante, como a liberdade de recusa ou desistência a qualquer momento e a garantia de sigilo e confidencialidade, assegurando a não identificação da mesma. Ademais, tem-se também o esclarecimento do tempo de duração e armazenamento do documento. Posteriormente, tendo a aceitação de participação da entrevistada, será solicitada a rubrica em todas as páginas e a assinatura na última página das duas vias impressas, sendo uma delas pertencente à participante e outra às pesquisadoras.

Na entrevista on-line pela plataforma Google Meet, o TCLE será enviado para a participante via e-mail, através do aplicativo “Autentique”, antes do encontro virtual, e a assinatura digital poderá ocorrer anterior à entrevista ou após o momento de leitura em conjunto. No que se refere ao agendamento, apresentação e procedimento de esclarecimento ocorrerá da mesma forma do modo presencial. Em ambas as modalidades será assegurado no momento da entrevista a privacidade e o sigilo, esclarecendo as participantes que é fundamental um local reservado, sem circulação constante de pessoas para evitar a interrupção de terceiros.

3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

De acordo com Gil (2008), a entrevista se dá através da coleta de dados referente à temática proposta, sendo uma forma de interação social na qual busca-se informações e a fonte destas é o sujeito entrevistado. Sendo assim, o tipo de entrevista que será utilizada é a entrevista semiestruturada, na qual é caracterizada por Neves e Domingues (2007) por ter um roteiro que utiliza de perguntas disparadoras, com intuito de permitir ao entrevistador realizar novas indagações de acordo com o desenrolar da entrevista, permitindo maior flexibilização, tendo em vista a existência da subjetividade refletida nas respostas da entrevistada.

Conforme estabelecido dia e horário para a realização da entrevista, antes do início da mesma, as pesquisadoras explicarão com minuciosidade o modo que irá ocorrer o desenrolar da entrevista. Informando primordialmente o uso de gravador para coletar as informações, pois, compreende-se que a gravação de áudio se caracteriza como a melhor forma para preservação do conteúdo da entrevista (GIL, 2008), visto que será utilizado para transcrição e análise do conteúdo. Posteriormente, os dados coletados serão descartados conforme descrito no TCLE e com assinatura do mesmo, será iniciado a entrevista, na qual as pesquisadoras utilizarão como roteiro cinco perguntas disparadoras, para direcionar a fala das entrevistadas, sendo suscetível a elaboração de novas perguntas conforme o conteúdo apresentado por cada participante.

3.5 DESCRIÇÃO DE MÉTODOS QUE AFETEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS, BEM COMO MEDIDAS QUE MINIMIZEM E/OU ELIMINEM TAIS RISCOS

Os possíveis riscos relacionados à participação das entrevistadas são suscetíveis a causar comoção, constrangimento e/ou desconforto sobre a questão abordada, tendo em vista que trata-se de uma violência sofrida refletida sobre a sua vivência enquanto mulher negra. Visto isso, será respeitado as limitações da participante em falar sobre alguma questão que lhe cause incômodo, buscando assegurar que a mesma poderá optar em não responder as perguntas ou retirar-se do local, sem a necessidade de justificar tal ato. Ademais, serão tomados os cuidados necessários referente a promoção de um ambiente que assegure o sigilo e conforto à participante. Caso necessário, será realizada uma escuta

acolhedora para a entrevistada, havendo o comprometimento por parte das entrevistadoras em promover assistência imediata, integral e gratuita. Portanto, caso a angústia persista, será realizado técnicas de relaxamento e respiração, e posteriormente, orientações pela busca de acompanhamento psicológico oferecido pelo SUS.

Enfatiza-se os benefícios relacionados à participação dessas mulheres, na qual será promovido um lugar de fala sobre as suas vivências e autodeclaração enquanto Mulher Negra; havendo ainda, a possibilidade de elaborar questões e reflexões de autoconhecimento frente a temática abordada; e contribuir com o avanço da pesquisa científica que suscita o olhar para as vivências da Mulher Negra frente ao contexto da violência obstétrica sofrida.

3.6 PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS AOS PARTICIPANTES

Considera-se que, deliberadamente, a pesquisa não apresentará gastos para as participantes, visando a garantia do conforto, segurança e sigilo das mesmas. Entretanto, caso ocorra possíveis gastos ou danos em decorrência a sua participação, (seja imediato ou tardio) ela terá direito a assistência imediata, integral e gratuita. Sendo assegurado através da Resolução CNS N° 466 de 2012, que define as participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no TCLE, lhes promovendo o direito à indenização, por parte das pesquisadoras e da instituição envolvida nas diferentes fases da pesquisa.

3.7 CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A suspensão será feita caso haja a desistência da maioria ou de todas as participantes, resultando em dados insuficientes para realizar a análise de conteúdo e caso não tenha o deferimento da pesquisa na Plataforma Brasil, banca de avaliação ou instituição de ensino superior. Outrossim, a pesquisa será encerrada quando atingir o número estipulado de participantes, recolhendo assim os dados necessários.

3.8 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

As entrevistas presenciais serão realizadas no local de acordo com a disponibilidade e preferência das participantes, visando a facilitação do acesso e minimização de possíveis gastos e riscos com deslocamento por parte das mesmas, e sendo responsabilidade das pesquisadoras comparecerem no local definido. Será necessário que o local ofereça para além da segurança de sigilo e privacidade, o conforto para realização da entrevista, sendo indispensável um local que todas possam sentar-se, e algum material que sirva de apoio para assinar os TCLEs, assim como as canetas para isso.

No caso de ocorrer a entrevista de forma on-line, o modo de realização será através da plataforma do Google Meet que possui como ferramenta as funções de imagem e áudio, e buscando manter o conforto e sigilo, também haverá a instrução da importância do alocamento em um ambiente sem circulação constante de pessoas. Além do local apropriado para acomodar-se, é imprescindível o acesso a internet e o dispositivo para conectar-se.

3.9 EXPLICITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

A instituição é responsável por garantir o apoio teórico e prático; dispor de um orientador para pesquisa; e aulas que abordam sobre o trabalho de conclusão de curso. Já a professora orientadora da pesquisa, cabe oferecer orientações semanais; realizar auxílio na confecção da pesquisa; e auxiliar na busca e disponibilização de materiais teóricos e metodológicos. Referindo-se às pesquisadoras envolve a responsabilidade de elaboração do projeto de pesquisa com base em materiais teóricos para fundamentar e estruturar o trabalho; apresentação e defesa em banca. Após aprovação na Plataforma Brasil, responsabilizam-se pela aplicação da entrevista semiestruturada; organização, controle e manejo dos materiais e documentos necessários; análise dos dados obtidos; e a publicação dos resultados através de artigo científico. Destaca-se ainda que, em conjuntura ao trabalho das pesquisadoras, há a auxiliar de pesquisa, que atua no auxílio e contribuição das atividades realizadas implicadas na elaboração do projeto de pesquisa e artigo científico.

Em relação a participação das entrevistadas, as mesmas também possuem responsabilidades, sendo elas comparecer a entrevista no local e horário agendado, realizar

a assinatura do TCLE de acordo com a sua autorização em participar da pesquisa, visando compreender os seus direitos a sua frente a participação, manifestando ainda, qualquer dúvida e/ou desconforto.

3.10 EXPLICAÇÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELA PESQUISA, SOBRE O USO E DESTINO DAS INFORMAÇÕES/DADOS COLETADOS, BEM COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS À PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO, LOCAL E TEMPO DE ARMAZENAMENTO

A gravação de áudio da entrevista será utilizada apenas para a transcrição das respostas, visando garantir a preservação do conteúdo informado, assegurar a confidencialidade e preservação da identidade das participantes, realizando assim a substituição dos nomes reais por nomes fictícios e a exclusão e/ou modificação de demais informações que possam revelar a identidade das entrevistadas. Isto é, seguindo as orientações do item XI da Resolução CNS 466/12, os dados obtidos durante a pesquisa tais como áudios, transcrições das entrevistas e demais documentos, devem ser mantidos em arquivo sob guarda pelas pesquisadoras por no mínimo 05 anos. Consequentemente a este período, os dados deverão ser excluídos, sendo as vias digitais deletadas e as vias impressas devidamente incineradas, de todos os locais utilizados para o armazenamento.

3.11 ORÇAMENTO

MATERIAL UTILIZADO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Impressões de documentos	50	R\$0,50	R\$25,00
Canetas	08	R\$1,50	R\$12,00
Deslocamento - Combustível	15 litros	R\$7,35	R\$110,25
Livro	07	R\$31,88	R\$223,18
VALOR FINAL	R\$370,43		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nota: Os custos do projeto são de responsabilidade das autoras.

3.12 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades entrará em vigor a partir de sua aprovação na Plataforma Brasil, podendo assim, seguir as seguintes etapas:

ATIVIDADES	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22
Recrutamento das participantes	X	X			
Coleta de dados	X	X			
Análise dos dados		X	X		
Resultado			X	X	
Banca				X	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.13 ANÁLISE DOS RESULTADOS E EXPLICITAÇÃO DE QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA SERÃO TORNADOS PÚBLICOS, SEJAM ELES FAVORÁVEIS OU NÃO

O método de interpretação dos dados obtidos nas entrevistas será a análise de conteúdo, que se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que possibilita analisar a entrevista como um todo e aprofundar-se nos elementos de significação (BARDIN, 1977).

E quanto ao projeto de pesquisa e a pesquisa terão seus resultados publicados e divulgados, enquanto trabalho de conclusão de curso, independente dos dados serem favoráveis ou não. Além disso, o material produzido também pode ser utilizado em outras pesquisas aprofundadas pelas acadêmicas ou comunidade em geral.

REFERÊNCIA

- AZEREDO, V. P. de O; AZEREDO, I. O. C; BRANDÃO, M. L. S. Ângela Davis: dor e opressão da mulher em suas resistências e lutas históricas. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 2, v.2, nº7, set/dez. 2019. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MigDiGzL-PQJ:https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/download/242947/34592+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 01/04/2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERNARDO, A. Violência Obstétrica - Por que é preciso combater esse e outros abusos contra a mulher. **Rev. Veja Saúde**, nº 477, p. 54-59. Março, 2022.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo. **Fatos e Mitos** (Vol. 1). 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BRANDÃO, R. M. G. B. **Um olhar sobre a representação da mulher negra na publicidade: o caso Avon**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503081306_ARQUIVO_RafaelaMartins_FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 07/04/2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. DAPES/SAS/MS. Brasília, mai.2019. Disponível em: <https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=9087621&codigo_crc=1A6F34C4&hash_download=c4c55cd95ede706d0b729845a5d6481d07e735f33d87d40984dd1b39a32d870fe89dcf1014bc76a32d2a28d8f0a2c5ab928ff165c67d8219e35beb1a0adb3258&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0>. Acesso em: 28/03/2022.
- BUENO, W. de C. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento negro**. Uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação. Programa de Pós-graduação em Direito. Nível Mestrado. São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29/03/2022.
- CAETANO, S. C. S. A. **A representação do imaginário social do negro no Brasil através do videoclipe *Eminência Parda*, de Emicida**. XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1596662975_ARQUIVO_2e31992d7029339b656ad53fb5977760.pdf>. Acesso em: 29/03/2022.
- COLLING, A. M. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. MS: Ed. UFGD, 2014. Disponível em:

<<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2648/1/tempos-diferentes-discursos-iguais-a-construcao-historica-do-corpo-feminino-ana-maria-colling-1.pdf>>. Acesso em: 07/04/2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (BRASIL). **Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 15/05/2022.

CRUZ, C. O. S. A visão de Gilberto Freyre sobre as mulheres negras em casa-grande e senzala: um olhar crítico a partir da perspectiva negra. **Revistas Textos Graduados** - Número 1, volume 7, Janeiro de 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/36202/28835>>. Acesso em: 31/03/2022.

CURI, P. L.; RIBEIRO, M. T. A; MARRA, C. B. **A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS**. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro. 72 (no.sp.): 156-169. 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v72nspe/12.pdf>>. Acesso em: 09/04/2022.

DAVIS, D. **Obstetric Racism: the racial politics of pregnancy, labor, and birthing**. Medical Anthropology. Pages 560-573. Taylor & Francis Group, LLC. New York, USA. 2018. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PRwor3R5B9sJ:https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/downloadSuppFile/9194/2946+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10/04/2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. (1952). Ubu editora, 2020.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Colaboração de Sérgio Fausto. 14 ed. atual. ampl., 3 reimpr. São Paulo: Edusp, 2019.

FREUD, S. **Estudos sobre a Histeria** (1893-1895). Obras completas - volume 2. Em coautoria com Josef Breuer. Tradução Laura Barreto. Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. **Feminilidade**. Obras incompletas de Sigmund Freud: amor, sexualidade e feminilidade (1933). 1 ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

FABIEN, V. **My Body, my pain: listen to me and all black women**. The Root - The Blacker the Content the Sweeter the Truth. 2017. Disponível em: <<https://www.theroot.com/my-body-my-pain-listen-to-me-and-all-black-women-1794332651>>. Acesso em: 09/04/2022.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/ Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso**. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229395/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala%20%281%29.pdf>. Acesso em: 31/03/2022.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=U3laDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=hist%C3%B3ria+do+feminismo&ots=kRR1ZFVVxH&sig=okTdpnc8w80XUxpIo87G5iK3uj4#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20do%20feminismo&f=false>>. Acesso em: 07/04/2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, E. **Violência Obstétrica e o viés racial**. Centro Brasileiro de Estudo de Saúde (CEBES), Março, 2018. Disponível em: <<https://cebes.org.br/violencia-obstetrica-e-o-vies-racial/19702/>>. Acesso em: 24/03/2022.

GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.8, n.17, p.155-183, ago. 2020. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322/200>>. Acesso em: 01/05/2022.

HOFFMAN, K. M.; TRAWALTER, S.; AXT, J. R.; OLIVER, M. N. Racial bias in pain assessment and treatment recommendations, and false beliefs about biological differences between blacks and whites. **PNA**, April, 2016. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.1516047113>>. Acesso em: 22/03/2022.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?**. Tradução: Bhuvi Libanio. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOTIMSKY, S. N.; AGUIAR, J. M.; VENTURI JUNIOR, G. A violência institucional no parto em maternidades brasileiras. **Artigo coletiva**. 2012. Disponível em: <<http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/a-violencia-institucional-no-parto-em-maternidades-brasileiras/>>. Acesso em: 10/04/2022.

KARASCH, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, K. D; PIMENTEL, C; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Violência e Prevenção. Ciência & Saúde Coletiva**, 26 (Supl. 3), 4909-4918. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/wbq3FxQH7HmVMYSp7Y9dntq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09/04/2022.

LUZ, A. A.; *et al.* As diversas faces da violência obstétrica no âmbito hospitalar. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, 2019. Disponível em: <<https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/34/30>>. Acesso em: 05/04/2022.

NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoas, 2007.

OLIVEIRA, B. M. C; KUBIAK, F. **Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira**. Rio de Janeiro, V. 43, N. 122, P. 939-948, JUL-SET, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/VL3mkyvXRQbKMZKqVbb5mdd/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 07/04/2022.

OWENS, D. C. **Medical bondage** - race, gender, and the origins of american gynecology. University of Georgia Press. Athens, Georgia. 2017. Disponível em: <<https://library.oapen.org/bitstream/id/357e6dbc-5083-40b7-a04f-224b548c6fac/644220.pdf>> . Acesso em: 10/04/2022.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.

SILVA, A. K. B. “**Ain’t I a woman?**”: a construção da imagem da mulher negra e as teorias da feminilidade do século XX. 2º Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste, João Pessoa/PB: 2019. Disponível em: <https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/resources/anais/13/copenenordeste2019/1553816247_ARQUIVO_3397f85f87aa500711b83cb92a165d92.pdf>. Acesso em: 08/04/2022.

SILVA, E. K. A. *et al.* Racismo obstétrico vivenciado por mulheres negras: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**. v. 11, n. 1. 2022. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ynIPEsWyb-4J:https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/24930/22005/294438+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10/04/2022.

TESSER, C. D.; KNOBEL, R.; ANDREZZO, H. F. A. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, 2015. Disponível em: <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1013/716>>. Acesso em: 05/04/2022.

THOMAZ, D. VIEIRA, L. **A cor do defeito**: uma análise sobre raça, gênero e corporeidade. Espirales, edição especial, Maio de 2019. Disponível em <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aWUnQJqs7wAJ:https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/download/1720/1606+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 07/04/2022.

VENTURI JUNIOR, G; GODINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado uma década de mudanças na opinião pública**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2013.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>>. Acesso em: 02/05/2022.

WOLFF, C. S.; POSSAS, L. M. V. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RLmnyZcyWDxxx8NNQrGJKPS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/03/2022.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Quando falamos sobre sua gestação, parto e puerpério o que lhe vêm à mente, a partir de sua experiência?
2. Houve um plano de parto? Caso sim, ele foi respeitado?
3. Na sua percepção, houve práticas racistas durante o processo de gestação e parto? Se sim, gostaria de falar quais?
4. Como sentiu-se após sofrer a violência obstétrica? Teve algum tipo de apoio ou acolhimento?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa intitulada: **“Da cor à dor: Violência Obstétrica na Mulher Negra”** desenvolvida pela pesquisadora responsável **Me. Aryane Leinne Oliveira Matioli**, pelas pesquisadoras colaboradoras **Leticia Almeida Sales e Nathalia Rigon Bergamo e a auxiliar de pesquisa Anna Karoline Schlemper Linhar**.

Esta pesquisa irá investigar a experiência de mulheres negras que consideram ter sofrido racismo atrelado a Violência Obstétrica, entrelaçando as consequências que o racismo estrutural pode ter na constituição da mulher negra, assim como, compreender de que forma foi vivenciada tal violência, atrelando a percepção de si mesma, posterior a este episódio.

Nós estamos desenvolvendo esta pesquisa porque queremos abordar sobre a violência obstétrica na mulher negra, considerando o crescente número desta ocorrência na atualidade. Diante deste exposto, interligando o racismo ao feminismo e partindo da vivência singular da mulher negra que considera ter passado pela violência obstétrica, pretendemos esclarecer a importância da validação desta violência e de que forma isso implica na sua subjetividade, para contribuir com futuras intervenções frente a tal sofrimento.

O convite para a sua participação se deve à sua autodeclaração enquanto Mulher Negra, possuir mais de 18 anos e considerar ter sofrido violência obstétrica há pelo menos dois anos. É indispensável que tenha capacidade de comunicação verbal, assim como fluência na Língua Portuguesa e acesso a internet, para que o contato possa ser realizado.

Caso você decida aceitar nosso convite para participar desta pesquisa, você será submetida ao(s) seguinte(s) procedimento(s): entrevista do tipo semiestruturada, podendo ser presencial ou *on-line* (de acordo com a sua disponibilidade), será realizada gravação de áudio da entrevista, para posteriormente haver a transcrição e análise dos dados.

O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 30 minutos à 01 hora.

Os possíveis riscos relacionados com sua participação são suscetíveis a causar comoção, constrangimento e/ou desconforto sobre a questão abordada, tendo em vista que trata-se de uma violência sofrida refletida sobre a sua vivência enquanto mulher negra. Portanto, tais riscos serão reduzidos pois, será respeitado as suas limitações em falar sobre alguma questão que lhe cause incômodo, buscando assegurar que você poderá optar em não responder as perguntas ou retirar-se do local, sem a necessidade de justificar tal ato. Também

serão tomados os cuidados necessários referente a promoção de um ambiente que lhe assegure o sigilo e conforto. Caso necessário, será realizada uma escuta acolhedora para a entrevistada, havendo o comprometimento por parte das entrevistadoras.

Os benefícios relacionados com a sua participação serão a promoção de um lugar de fala sobre as suas vivências e autodeclaração enquanto Mulher Negra; havendo ainda, a possibilidade de elaborar questões e reflexões de autoconhecimento frente a temática abordada; e contribuir com o avanço da pesquisa científica que suscita o olhar para as vivências da Mulher Negra frente ao contexto da violência obstétrica sofrida.

Todos os dados e informações que você nos fornecer serão guardados de forma sigilosa, em um local seguro e guardado em arquivo, por pelo menos 05 anos após o término da pesquisa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos seus dados e das suas informações, sendo assim, as informações serão utilizadas somente para esta finalidade e qualquer dado que possa te identificar ou constranger, será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Se você decidir recusar ou desistir de participar, você não terá nenhum prejuízo para sua relação com as pesquisadoras e com o Centro Universitário FAG. Em caso de recusa, você não será penalizada.

A sua participação nesta pesquisa bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração/pagamento. No caso de algum gasto resultante da sua participação na pesquisa e dela decorrentes, você será ressarcida, ou seja, as pesquisadoras cobrirão todas as suas despesas e de seus acompanhantes, quando for o caso.

Se você sofrer qualquer dano resultante da sua participação neste estudo, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você tem direito a assistência imediata, integral e gratuita.

Ao assinar este termo de consentimento, você não estará abrindo mão de nenhum direito legal, incluindo o direito de buscar indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes de sua participação neste estudo.

Os resultados que nós obtivermos com esta pesquisa serão transformados em informações científicas. Portanto, há a possibilidade de eles serem apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Também é um direito seu receber o retorno sobre sua participação. Então, se você tiver interesse, preencha o seu telefone e/ou e-mail no campo “**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**”. Assim, quando este estudo terminar, você receberá informações sobre os resultados obtidos.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação.

Pesquisador Responsável: Aryane Leinne Oliveira Matioli

Endereço: Av. das Torres, 500 - Loteamento Fag, Cascavel - PR

Telefone: (45) 3321-3900

E-mail: aryanematioli@fag.edu.br

Você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG), responsável por avaliar este estudo.

Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que atuam para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a função de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética.

Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com CEP-FAG através das informações abaixo:

Endereço: Avenida das Torres 500 – Bairro FAG – Cascavel, Paraná - Prédio da Reitoria – 1º Andar.

Telefone: (45) 3321-3791

E-mail: comitedeetica@fag.edu.br

Site: <https://www.fag.edu.br/cep>

Horários de atendimento: Segunda, Quarta e Quinta-feira: 13h30 às 17h00

Terça e Sexta-feira: 19h às 22h30

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, se você aceitar em participar desta pesquisa deve preencher e assinar este documento que está elaborado em duas vias; uma via deste Termo de Consentimento ficará com você e a outra ficará com o pesquisador. Este



consentimento possui mais de uma página, portanto, solicitamos sua assinatura (rubrica) em todas elas.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

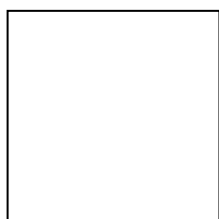
Eu _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação. **(Ao enviar este modelo ao CEP via Plataforma Brasil, o campo abaixo, destinado ao participante, NÃO pode estar preenchido, tendo em vista que a coleta de dados terá início somente após a aprovação do estudo pelo CEP.)**

() _____

Assinatura do participante

Telefone e e-mail de contato do participante

(se aplicável)



Impressão dactiloscópica do participante

(se aplicável)

Nome e assinatura da testemunha imparcial

(se aplicável)

Assinatura do pesquisador responsável

Página de assinaturas



Aryane Matioli
066.428.829-46
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|---|
| 20 jul 2022
21:44:00 |  | Nathália Rigon Bergamo criou este documento. (E-mail: nrbergamo@minha.fag.edu.br) |
| 21 jul 2022
10:38:40 |  | Aryane Leinne Oliveira Matioli (E-mail: aryanematioli@fag.edu.br, CPF: 066.428.829-46) visualizou este documento por meio do IP 177.16.219.136 localizado em Cascavel - Parana - Brazil. |
| 21 jul 2022
10:38:43 |  | Aryane Leinne Oliveira Matioli (E-mail: aryanematioli@fag.edu.br, CPF: 066.428.829-46) assinou este documento por meio do IP 177.16.219.136 localizado em Cascavel - Parana - Brazil. |



APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

Título do projeto: “Da cor à dor: Violência Obstétrica na Mulher Negra”

Pesquisador responsável: Ma. Aryane Leinne Oliveira Matioli

Pesquisador (es) colaborador (es): Leticia Almeida Sales e Nathalia Rigon Bergamo

Auxiliar de pesquisa: Anna Karoline Schlemper Linhar

Classificação da Pesquisa:

- | | |
|---|--|
| ☐ Iniciação científica | ☐ Dissertação/Mestrado |
| ☒ TCC/Graduação | ☐ Tese/Doutorado |
| ☐ TCC/Especialização | ☐ Projeto Institucional |

Declaramos que a coleta de dados não foi iniciada e iniciará somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG (e da coparticipante, se houver), que possui prazos estabelecidos pelas Resoluções vigentes para análise e apreciação dos documentos apresentados por nós, via Plataforma Brasil.

Garantimos que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos, bem como que, ao encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, não haverá exposição de dados que levem ao reconhecimento e constrangimento dos participantes e locais envolvidos.

Declaramos também, ciência das implicações impostas pelas Resoluções vigentes quanto ao não cumprimento dos requisitos citados.

Cascavel-PR, 20 de julho de 2022.



Aryane Leinne Oliveira Matioli



Anna Karoline Schlemper Linhar



Leticia Almeida Sales



Nathalia Rigon Bergamo

Página de assinaturas



Aryane Matioli
066.428.829-46
Signatário



Leticia Sales
121.985.919-28
Signatário



Anna Linhar
084.130.589-70
Signatário



Nathalia Bergamo
092.916.619-10
Signatário

HISTÓRICO

20 jul 2022 21:35:40		Nathália Rigon Bergamo criou este documento. (E-mail: nrbergamo@minha.fag.edu.br)
21 jul 2022 10:38:06		Aryane Leinne Oliveira Matioli (E-mail: arianematioli@fag.edu.br, CPF: 066.428.829-46) visualizou este documento por meio do IP 177.16.219.136 localizado em Cascavel - Parana - Brazil.
21 jul 2022 10:38:08		Aryane Leinne Oliveira Matioli (E-mail: arianematioli@fag.edu.br, CPF: 066.428.829-46) assinou este documento por meio do IP 177.16.219.136 localizado em Cascavel - Parana - Brazil.
20 jul 2022 21:43:33		Leticia Almeida Sales (E-mail: lasales1@minha.fag.edu.br, CPF: 121.985.919-28) visualizou este documento por meio do IP 186.224.78.143 localizado em Ubirata - Parana - Brazil.
20 jul 2022 21:44:18		Leticia Almeida Sales (E-mail: lasales1@minha.fag.edu.br, CPF: 121.985.919-28) assinou este documento por meio do IP 186.224.78.143 localizado em Ubirata - Parana - Brazil.
20 jul 2022 21:38:46		Anna Karoline Schlemper Linhar (E-mail: akslinhar@minha.fag.edu.br, CPF: 084.130.589-70) visualizou este documento por meio do IP 187.103.198.239 localizado em Capitao Leonidas Marques - Parana - Brazil.
20 jul 2022 21:39:39		Anna Karoline Schlemper Linhar (E-mail: akslinhar@minha.fag.edu.br, CPF: 084.130.589-70) assinou este documento por meio do IP 187.103.198.239 localizado em Capitao Leonidas Marques - Parana - Brazil.
20 jul 2022 21:48:55		Nathalia Rigon Bergamo (E-mail: nathyrigon@hotmail.com, CPF: 092.916.619-10) visualizou este documento por meio do IP 179.217.203.242 localizado em Cascavel - Parana - Brazil.



20 jul 2022

21:49:06



Nathalia Rigon Bergamo (E-mail: nathyrigon@hotmail.com, CPF: 092.916.619-10) assinou este documento por meio do IP 179.217.203.242 localizado em Cascavel - Parana - Brazil.

